

Ata da Sessão de Câmara do Município de Cabo Frio, no período legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (03) três de agosto do ano de (1999) mil nozentos e noventa e nove.

Às quatro horas do dia (03) três de agosto do ano de (1999) mil nozentos e noventa e nove, sob a presidência do Vereador Mário Grande Correia, e com a ocupação do Primeiro Secretário do Vereador Eduardo Correia Neto, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho Grande, Luiz Benedito de Azevedo Filho, Edson Silva Magalhães, Gustavo Antônio Guimarães Evangelista, João dos Santos Mendes, Manoel João da Silva Filho, Maria Auxiliadora dos Santos, Ralton Roberto Pereira de Souza, Omar Camparo da Silva, Glauco Rodrigues Neto, Valdir Rodrigues da Silva, Waldir Maurício de Aguiar Neto e Osimar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Oitogésima Terceira Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo, Ata da Sexta Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo, Ata da Oitogésima Quarta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo, Ata da Quinta Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo, Ata da Sessão de Encerramento do Primeiro Período Legislativo, Ata da Nona Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo, Ata da Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio em conformidade com o Art. 113/99, Ata da Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, Ata da Terceira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio e Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio. E seguir, o Senhor Presidente após cumprimento do número regimental, abriu ao Primeiro Secretário a leitura do Expediente por ordem do seguinte: Diário GABRIEL - em nº 034/99. Prefeitura Municipal de Cabo Frio, RJ.

111

ponto Encarginha a Mensagem Executiva nº 09/99 e o respectivo Projeto de Lei que
"Autoriza o Poder Executivo a alienar em licitação pública o imóvel que men-
na", Projeto de Lei nº 022/1999 - IBASCAF, assunto: Encaminha os Balancetes
do IBASCAF referente aos meses de maio e junho de 1999, Projeto de Lei nº 018/1999
DN/NTF-2-EBF 086/99 - Telmar, assunto: Refere-se ao requerimento nº 067/99
de autoria do Vereador Maria Auxiliadora Ramos Rêgo, Projeto de Lei nº 022/1999
99, Telmar, assunto: Refere-se aos requerimentos nºs 058 e 059/99 de autoria
da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rêgo, Projeto de Lei nº 022/1999
Telmar, assunto: Refere-se ao requerimento nº 060/99 de autoria da Vereado-
ra Maria Auxiliadora Ramos Rêgo, Projeto de Lei nº 022/1999 Mensagem nº
009/99, assunto: Autoriza o Poder Executivo a alienar em licitação pública o
imóvel que menuna, Projeto de Lei nº 018/1999 de autoria do Vereador Hilton
Roberto Pereira de Souza, assunto: Dispõe sobre autorização ao Executivo Mu-
nicipal, para criação, na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, do Ser-
viço de Nutrição e Obesidade e Associação ao Azeite, Projeto de Lei nº 020/99
de autoria do Vereador Jânio dos Santos Mendes, assunto: Dispõe a concessão
e renovação de Alvará de licença para a fabricação e comercialização de
armas de fogo e fogos de artifícios, no âmbito do Município, Projeto de
Lei nº 021/99 de autoria do Vereador Eduardo Poncia Kitz, assunto: Dispõe so-
bre denominação de Rua Nova Horizonte, logradouro localizado no loteamento
Rêgo Alegre, requerimento nº 080/99 de autoria da Vereadora Maria Au-
xiliadora Ramos Rêgo, assunto: Soluciona Telmar, a instalação de um
telefone comunitário na Rua do Bom-Fazê, requerimento nº 093/99
de autoria do Vereador Gustavo Antônio Guimarães Branger, assunto: Requer
ao Excm.º Sr. Governador do Estado, obras de duplicação da Rg 140, no
trecho compreendido entre o trevo de Vinholim e o trevo do Siqueira,
requerimento nº 094/99 de autoria do Vereador Gustavo Antônio Guimarães
Branger, assunto: Requer ao Excm.º Sr. Governador do Estado, obras de re-
meio, pavimentação, urbanização e iluminação para os Bairros San-
tim Espirança e Adjacentes, Indicação nº 0100/99 de autoria da Vere-
adora Maria Auxiliadora Ramos Rêgo, assunto: Soluciona ao Excm.º Sr. Ge-
raldo Municipal, informação da Rua Nelson Jones, localizada na Av. Pizzoni,
Pinto - Lube Rio, Indicação nº 0101/99 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora

hadora Ramos Rôchica, assente. Soluía ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Câmara
 da Vila do Bonito, Campo Verde, Indicação nº 102199 de autoria do Vereador da
 não dos Santos Rêndez, assente. Soluía ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, recu-
 pamento esgôtilho da Vila Gorga Veiga, no Bairro Gamboa, demarcada a lu-
 nha do Expediente, o Senhor Presidente pronunciou a Sessão aos Ordens
 inscrites. Como primeiro Orador inscrito, cupou a palavra o Vereador da
 não dos Santos Rêndez, tratando a todos pelo nome de perde de perde
 latido descejoando aos Senhores Vereadores prohevo habalho. Remontou a re-
 quer sobre o pleito de lei de sua autoria, integrante da Carta da Sessão em
 livro, dispondo sobre prohevo de renovação de alvará para Empresas
 com venda de armas de fogo ou fogos de artifício, fazendo a seguir o
 cumprimento dos seus argumentos para tal iniciativa. Negou a re-
 quer, a presença do Presidente da Associação Comercial de Cabo Frio, Ace-
 lio de Foz dos Santos, que estava mobilizando os diversos segmentos da
 Comunidade para ato público contra a escalada da violência em Cabo
 Frio, disse que a Câmara estava solidária com tal movimento, a exemplo
 do que ocorreu em outros Municípios do Estado. A seguir comentou so-
 bre o que considerava a absurda política tarifária da Filagor, por
 as pontas apresentarem valores fora da realidade, e até mesmo a co-
 brança de taxa para ligação de água embora a taxa de dez reais e al-
 tinta raras, e assim o trabalhador brasileiro com um salário mínimo
 não tenha direito a tal serviço essencial para o cidadão público. Disse que
 reuniria os investimentos da Empresa mas não admitia que o Consumi-
 dor fosse prejudicado com tal procedimento, não aceitando que tal política
 tarifária estivesse estabelecida no processo de privatização, e consequente
 contrato de concessão. Afirmou que o Poder Público em toda a representação
 Unidade, Estadual e Municipal não poderiam ficar na omissão ante tal qua-
 drão de desrespeito à Cidadania. Em aparte o Vereador afirmou novamente
 disse ser importante que a Filagor fosse convocada para explicar e contri-
 buir de concessão e se fosse o caso, que fosse anunciado o Governo do Es-
 tado. Em aparte o Vereador Adalberto Antônio Guimarães Coutinho disse que
 tal quadro se dava a forma como ocorreu o processo de privatização, por
 malogro de esgotilho pelo Governo Marcelo Alencar, e assim era necessário

11

a participação do Governo Estadual para que a política sanitária da Mo-
lagoes fosse revista. O requerente que o Serviço Público de Saúde em Ma-
bo não era uma esbórnica, relutando a requer a situação ainda por uma
junção de vinte e cinco anos, com vários problemas cardíacos, fha-
ndo no último sábado, quando euonado pela família fora obrigado a
relevar ao Prefeito de Anápolis do Gato para conceber uma carta de UTI, e
que no desenrolar de tal drama não foi possível contato com o Senhor Ge-
raldo de Saúde do Município, ou com sua esposa, o que dava a ideia
de tão lamentável quadro. Disse que dorantes internados no Hospital Comu-
nial São José Operário recebiam bilhetes de médicos para que a família
comprasse medicamentos, fato que comprometeu no mesmo sábado com
um cidadão em busca de antibiótico benzilol para o seu progenitor. Fa-
lou ainda que o elinuro entrado pelo Ministério de Saúde para o Muni-
cipio de Gato não estava sendo desviado pelo atual Governo, e assim po-
dia afirmar que para o atual Governo mais valia um mau do pintado
do que o estorço de uma criança. O requer, outpor a Tribuna o Vereador
Domingos Jampa da Silva, lamentando inicialmente a ausência do Senhor
Prefeito Municipal na reunião dos trabalhos, como era de praxe. O requer
então os Vereadores que abandonando o peso do mandato, confeitularam
em salas sem que a população viesse conhecimento da verdade, esperando
que um novo e harmonioso relacionamento do Poder Executivo com o Legisla-
tivo pudesse acontecer. Quanto a maioria que o Executivo mantinha na
Câmara, disse ser normal mas que tal quadro político não podia ser confundi-
do com omissão, ou desleixo para com o Legislativo. Com relação aos co-
mentários sobre pagamentos em duplicidade na área de Saúde Pública
no Município, disse que o assunto era muito sério devendo ser tratado com
a seriedade, não os seus desdobramentos. Prossequindo, disse que
não era a configuração de uma ilegalidade, talvez irregularidade, e
assim, reiterou a necessidade do equilíbrio e responsabilidade nos pa-
gamentos, na medida em que todos conheçam a Casa de Saúde em Ma-
bo, e sua situação, tal a qual, da necessidade de serem euonadas
as Permissões de Defesa do Consumidor, do Trabalho e dos Direitos Hu-
manos, não serem organismos que possam prestar relevantes servi-

De

com a eschecidade, sem qualquer hope de politica menor, disse que ma-
 ki tais Comissões, verdadeiras cidadelas da cidadania permanecem inerte
 proliferaram os radicalistas e candidatos a Vereador escolhendo alienados
 da sociedade em nada resolvendo disse que a recente iniciativa do Vereador
 Ulmar Monteiro, no episodio do prezo da gasolina, disse que sugeria que o
 assunto fosse resolvido pelo Comissão tecnica propria, mas não foi ouvido
 e assim a Comissão foi esnobada e nada resolveu, eu reza, haviam
 eado com o Vereador Ulmar Monteiro Amoraes, discutiu sobre o im-
 portancia da operacao, pois não podia admirar que ainda existisse o antigo
 pensamento de que os Vereadores apenas se preocuparam em perseguir o
 senhor Prefeito, quando na realidade exerciam como operadores papel de ho-
 rendental importancia no desenvolvimento da Administracao Publica de
 ou aplo para que fossem reestruturadas as Comissões técnicas a que se
 referia, de interesse direto do cidadão e finalizando disse que no Go-
 verno o Almoceirado da Secretaria de Saúde havia remédios, o da Se-
 cretaria de Educacao havia material didático, merenda e outros, e no atual Go-
 verno os Almoceirados só armazenavam eal, no que interferia a fulca.
 A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Ulmar Monteiro, elevando inicial-
 mente os assuntos enfocados pelos Oradores que o haviam antecedido e
 assim, sugeriu quanto a Indagação que fosse convidado o Superintendente
 ra que compondo a Câmara pudesse ser debata a questão das lanchas
 entre outros assuntos de interesse da eschecidade Com relação a questão
 da Caixa de Saúde, disse que o assunto fora enfocado com muita sensibili-
 dade pelo Vereador Omar Camparo do Silo recebeu assim que fizera re-
 centemente a Caixa de Saúde, tendo tomado conhecimento que estavam
 fugindo inestavelmente na ordem de quinhentos mil reais, e que brevemente
 seria um dos melhores estabelecimentos hospitalares da região disse que
 conhecia o Dr. Rui, proprietário da Caixa de Saúde, há mais de trinta anos em
 Cuba Rio, sendo profissional esulto, competente e cidadão digno, e assim, ho-
 demeritas deviam ser aprovados, pois deencia haver algum equívoco Com re-
 lação a questão do prezo dos combustíveis em Taboão, disse que entrara
 toda a Documentação ao Promotor Dr. Luciano Roabe, e assim aguardaria
 a definição do caso, isto se para a formação de cartel pelos arguantes

Dr

que já expus em outras ocasiões e de amplo conhecimento da opinião pública. Disse ter sido produzida a inquirição do Senhor Prefeito Municipal se reunindo com proprietários de postos de Gasolina para saber das razões dos preços cobrados em Povo Novo, e que segundo a imprensa, os proprietários alegaram que os distribuidores eram as responsáveis, com o que não concordava. Quando sobre o assunto, disse que jamais estaria nomeando prestários donos de postos de Gasolina, embora tenha sido acusado por um deles, mas, as Ações provaram a veracidade com que enfiava tal assunto. Com relação a notícia divulgada pelo Jornal de Brazil, segundo a qual o Ministério da Justiça afirmava que devedores não poderiam ter nomes negativados por decisão da justiça, disse ter recebido comunicado do Gabinete do Ministro, quando o mesmo não confirmava a notícia publicada no referido jornal. Sobre o mesmo assunto, disse ter recebido "e-mail" do atual Ministro da Justiça, comunicando que a questão era regulamentada pelo Código de Defesa do Consumidor, observando que a negativação deveria ser precedida por pleno conhecimento do devedor, e assim, segundo o Ministério da Justiça era devido a inclusão do devedor em cadastro negativo sem o atendimento ao Código, e, citando também a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, dizendo sobre o assunto, estando os autos do acórdão, que colocara a disposição de todos em seu Gabinete. Adiante disse que enfiava tal assunto pelo fato do SPC de Povo Novo ter em seu cadastro negativo cidadãos honestos, e que não fossem pagos os compromissos não por má fé ou dolo, mas por circunstâncias, e assim era imperioso que a lei fosse estendida em defesa de tais cidadãos. Disse também não ser admissível que o SERASA invadisse a privacidade dos cidadãos com o objetivo de negativar sendo imperioso que o preceito legal fosse atendido. Disse em promessamente estar preparando com advogados, minuta de petição, para estender as pessoas que se acham com insucesso no SPC falar através de pesquisa de preços que mandara fazer em hipermercados de Povo Novo, afirmando que os preços do ABC eram um verdadeiro escândalo, e assim, iria comunicar tal situação aos órgãos fiscalizadores do Estado, lamentando que

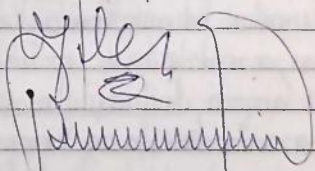
llr

em bdades do interior a localização praticamente não existe, no que
 tem a sua fala. Como último Orador insulito, ocupou a Tribuna o Vereador Ulmar
Abreu de Aguiar Neto, relatando inicialmente a Presidência que a
 sessão marcava o resumo do período legislativo, e que fosse marcada pelo An-
 no de Páco Rio, sendo atendido pelo Presidente em exercício Vereador Eduardo
da Silva. Com relação a questão da Casa de Saúde, disse que participava de
 programa na Rádio Liberal, quando uma pessoa entregara ao apresentador
 cópias que mostraram ter sido paga diferença para ter direito a dois acen-
 tantes na internação no referido estabelecimento hospitalar, com exatidão
 do recibo do pediatra Edmar Núñez, no valor de quarenta reais referente
 a avaliação da criança após o nascimento, ou seja, o valor de uma con-
 sulta. Sugeriu a Presidência que as pessoas envolvidas no caso fossem ou-
 tidas pela Câmara, para que assim os detalhes pudessem ser esclarecidos
 com a devida responsabilidade. Com relação aos integrantes do corpo elin-
 co e diretores da Casa de Saúde, disse serem pessoas conhecidas na reu-
 dade pela honestidade e dedicação ao trabalho que desenvolviam no Mun-
 cipio há mais de trinta anos. Com relação a questão da gasolina, disse
 ser integrante da Comissão, e usara a Tribuna para reforçar a posição
 do Vereador Ulmar Monteiro a quem parabenizara pela atitude assu-
 mida, enviando a documentação para o Ministério Público, e ainda, falou pa-
 ra que fosse registrado em Ata a sua admiração pelo contribuinte que
 o Vereador Ulmar Monteiro vinha prestando à Câmara e ao povo de Pa-
 co Rio ao longo de sua vida pública. Com relação a Indagação, disse que desde
 o início do processo de privatização se colocara contra, afirmando que o
 Prefeito não podia examinar documento pela privatização no Município, na me-
 dida em que o instrumento legal era a concessão municipal. Disse que a
 concessão iniciada na primeira gestão do Senhor João Monteiro se extin-
 guira em 1916 ao completar vinte anos, e assim, no segundo Governo, o
 Vereador alertara ao Prefeito João Monteiro para não examinar, a não ser com
 autorização da Câmara. Disse que ocupara a Tribuna para alertar a Câmara
 quanto ao processo de privatização, mas, lamentavelmente não fora ouvido.
 Disse que o contrato de privatização era draconiano, prejudicando de for-
 mensível aos consumidores, e ainda não estava sendo cobrada a taxa de

graph, que era mais enigmática por ser do que era esboçado, e assim era necessário uma postura da Câmara para esclarecer a sociedade, pois a questão era muito séria. Disse também que a questão era muito grave, pois as nascentes estavam sendo degradadas, com o problema se deteriorando a cada passo e as pessoas ignoravam tais fatos. Fazendo apelo para que a Câmara encontrasse interesse na solução dos grandes temas que interessavam a coletividade encerrou sua fala, não fazendo mais declarações importantes para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias. Foram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça as seguintes propostas: Projeto de Lei nº 022/99 - R. B. nº 004/99, 018/99, 020/99 e 021/99. Foram apreciadas as requerimentos nºs 080/99, 093/99 e 094/99 e as Indicações nºs 0100/99, 0101/99 e 0102/99. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a Explicação Pessoal. Durante a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Ronivaldo Roberto da Silva Filho, elogiando inicialmente o discurso do Vereador Osmar Camparo da Silva, pela clareza e objetividade e perfeito desenvolvimento da função do Vereador junto às emoções da sociedade em todos os seus segmentos. A seguir, fez comentários sobre a questão política, tratando um paralelo entre a África do Sul e o Brasil, na medida em que o Governo não podia ficar acima de qualquer suspeita, guardados os limites impostos pela cultura e outros componentes importantes na formação do tecido administrativo de uma Nação. Disse que na condição de líder do Governo, adotou postura que poderia ser considerada até estranha, na medida em que poderia chegar a Tribuna e admitir que determinadas questões necessitavam uma discussão mais ampla no âmbito da Administração. Frisou que as denúncias colocadas necessitavam realmente de esclarecimentos e reconheceu que a área da saúde em Cabo Frio exigia apertadamente sobre a sua importância. A seguir lembrou que em 1998, apresentou a Câmara proposta para que fosse instituído fórum regulatório sobre Gestão Municipal de Saúde, com participação de segmentos da sociedade, políticos e profissionais da área e Governo, baseando o aprimoramento dos serviços prestados à população, os seus desdobramentos. Disse que diante de tal quadro

Elc

elabora proposta e formalizar o Fórum, pois era exigência do fora-limite qual influência política no que entrou sua folia à requer, o Senhor Presidente em exercício, Vereador Eduardo Correia Kita, soluções a Secretaria geral da Casa que entrou obras aos Vereadores mais atados das Comissões de Direitos Humanos, de Defesa de Consumidor, da Comissão Especial dos Combustíveis, e da Comissão de Trabalho para que procederem eleger o requer, e Senhor Presidente soluções que todos se acomodaram de fé para o chão do Município. Após o cumprimento do rito regimental, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente enterrou a presente sessão em nome de Deus e para certificar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e aprovada, foi assinada para que produza seus efeitos legais.

Giles

 Summum

Ata da Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (65) um de agosto do ano de (1999) mil nozentos e noventa e nove.

Os dias dezesseis do dia (65) um de agosto do ano de (1999) mil nozentos e noventa e nove, sob a Presidência do Vereador Márcio Grande Correia e com a participação da Primeira Secretária pelo Vereador Eduardo Correia Kita, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Antão Bezerra de Aguiar, Antônio Carlos de Correia, Manoel Elindade, Prof. Alexandre Arcanjo Filho, Edson Silva Bagalhães, Gustavo Antônio Guimarães Branquinho, Sérgio dos Santos Mendes, Manoel Gustavo da Silva Filho, Manoel Alexandre Ramos Rêgo, Milton Roberto Pereira dos Santos, Valdey Rodrigues da Silva, Waldemar Laurício de Aguiar Neto e o Senhor